

Pensar a nação contando histórias

Ana Cristina Gil
Departamento de Línguas e Literaturas Modernas
Universidade dos Açores

Esta comunicação tem como objectivo reflectir sobre questões identitárias, nomeadamente sobre o processo de construção da identidade nacional, relevando o papel fundamental da memória colectiva neste percurso. Num segundo momento, procura-se explorar o papel da literatura na consolidação e, simultaneamente, no questionamento desta identidade, seja de modo directo pelo chamado ‘efeito de real’, seja através do romance histórico, seja através de alegorias e processos afins.

Na literatura portuguesa encontramos inúmeros exemplos de reflexões sobre a nação, o seu passado, presente e futuro. Desde a Geração de 70, a tematização da decadência tem sido um dos *topoi* referenciais do campo literário, mas também do campo filosófico e da investigação histórica (lembramos a obra de Oliveira Martins, a título de exemplo). Num breve percurso, analisamos este historial de discursos decadentistas e os seus contrapontos em breves euforias nacionalistas, após o que nos centramos em alguns autores contemporâneos nos quais estas várias componentes se conjugam. Conclui-se, assim, que grande parte das obras literárias actuais constituem profundas reflexões sobre o significado da identidade portuguesa na contemporaneidade, funcionando, por vezes, como um contraponto à crescente globalização e ao triunfo da macroeconomia, da macropolítica, enfim, de uma visão à escala global que tende a ofuscar identidades circunscritas como sejam as nacionais, regionais e locais.

Não se pretende aqui fazer a apologia do fechamento em nacionalismos ou patriotismos passadistas, que diabolizam o fenómeno da globalização. Pretende-se antes chamar a atenção para a análise da identidade portuguesa, nas suas fragilidades e nos seus sucessos, de modo a que, com um auto-conhecimento rigoroso, consciente das suas capacidades e dos seus mitos colectivos, o país seja então capaz de se abrir ao mundo (e ao futuro), ao Outro, aceitando-o sem o imitar e sem quaisquer sentimentos de inferioridade ou de superioridade. A literatura é, assim, um contributo importante para esta auto-análise do ser português, porque nos confronta com a realidade que tantas vezes não queremos encarar.

I. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Uma identidade não se constrói sem memória. A identidade é um processo moroso, de lenta construção de redes de significados e de objectos, bem como de laços afectivos. É assim com os indivíduos, como é assim com as nações. Cada ser humano é fruto do seu passado, das suas vitórias e dos seus fracassos; assim também cada nação encerra um conjunto de marcos importantes para a sua individualização face aos países estrangeiros. Esta memória nacional é partilhada pelos membros concidadãos, de cuja identidade é também elemento fundamental. Interseccionam-se, assim, identidade pessoal e identidade nacional, já que aquilo que somos passa inevitavelmente pela terra a que pertencemos, pela nossa terra natal. Há, assim, uma lenta sedimentação de laços que passam também pela afectividade, pela fraternidade, pela partilha de um passado comum, processo em tudo semelhante ao da formação de uma grande família, como sublinha Damião Peres na sua obra *Como nasceu Portugal*:

“uma *nação* é uma realidade de feição psicológica – coisa mais profunda que um mero agregado populacional instalado em certo trato de terreno com determinadas características –, uma unidade afectiva, análoga à Família, embora de mais largo âmbito e mais complexa existência, que pressupondo, como ela, um condicionalismo não hostil, transcende, contudo, na sua essência esse condicionalismo. / A Nação – unidade afectiva – resulta de uma acção humana. Se um veemente impulso de natureza política chega a criar um Estado, e este sobrevive ao esforço criador, a fraternidade, gerada em horas de perigo ou de anseio, difunde-se; pouco a pouco, vai surgindo a distinção entre os nossos e os alheios – é o espírito nacional que desponta”¹.

Neste processo de construção identitária, forçosamente lento, como bem sublinha José Mattoso², é, portanto, fundamental a consolidação da memória colectiva. Esta passa frequentemente por rituais e cerimónias comemorativas que revivificam o passado, garantindo, assim, que este não se perderá nas entranhas do tempo. A mesma função têm os símbolos nacionais como o hino, a bandeira ou a moeda. É de notar o cuidado que houve aquando da institucionalização da moeda única – o Euro – em garantir que uma das faces de cada moeda nacional ostentasse símbolos do seu país de

¹ Damião Peres, *Como nasceu Portugal*, 10ª ed., Porto, Vertente, 1992 (1ª ed. 1938); pp. 38-39.

² Mattoso sublinha a temporalidade como condição necessária para a formação da identidade nacional: “o fenómeno nacional nasce de um processo histórico, não se dá de um momento para o outro. A consciência colectiva da nacionalidade é progressiva. Pode ser mais precoce em certos grupos do que noutros, e demorar séculos a transmitir-se a todo o corpo social” (Mattoso, 1986: 5-6). Em termos sociais, a consciência colectiva tem origem em grupos minoritários, a partir dos quais irradia posteriormente à generalidade da população: “Começa por se exprimir no seio de minorias capazes de conceber intelectualmente a noção de pertença a uma colectividade, e vai-se depois propagando lentamente a outros grupos, até atingir a maioria dos habitantes do país” (*idem*: 46-47).

origem, preservando-se, deste modo, a marca identitária específica de cada país aderente.

A identidade nacional oscila, assim, entre a realidade e a idealização. É certo que o delinear de marcas identitárias de um objecto, numa perspectiva descritivista, passa por elencar um conjunto de características que consubstanciam a sua essência. No caso do indivíduo, falamos de traços como o nome, a idade, a nacionalidade, o estado civil, a profissão, etc. Já em termos de nações, a conformação dos seus traços identitários passa pela língua, história, mitos, geografia, religião, etnia, arte, bem como por elementos políticos como fronteiras, leis e modos de governação. Nestas enumerações ressalta o lado material da identidade (individual ou nacional), ou seja, a concretização de elementos que reificam essa identidade.

Por outro lado, a identidade pode ser também considerada um constructo, isto é, uma idealização concebida *a priori* que é depois transmitida a toda a nação e consolidada enquanto memória colectiva construída. Vários são os autores que defendem esta perspectiva: Eric Hobsbawm vê-a como invenção (“the invention of tradition”), Suzanne Citron como um mito (“national myth”), Benedict Anderson como imaginada (“imagined communities”), Etienne Balibar como ficção (“fictional ethnicity”)³. Parece-nos, porém, que é Benedict Anderson quem desenvolve um conceito operatório mais produtivo: o conceito de “comunidade imaginada”, que contempla a ideia de que o indivíduo se sente parte de um todo, membro de uma nação, ainda que nunca venha a conhecer todos os seus conterrâneos. Este sentimento (‘cego’) de pertença a um todo desenvolveu-se, segundo o autor, a partir da massificação da imprensa, que permitiu a leitores de uma mesma língua começarem a sentir-se membros de um mesmo grupo nacional, ainda que nunca chegassem a conhecer todos os elementos desse mesmo grupo. Assim, no mundo ocidental, a “comunidade imaginada” nacional toma o lugar de uma outra grande comunidade imaginada que povoara todo o mundo medieval: a cristandade. Esta comunidade religiosa entra em declínio com o fim da Idade Média, quer pelas explorações do mundo não europeu (que permitem o contacto com novas formas possíveis da vida humana), quer pela quebra da hegemonia da língua sagrada – o latim – e pelo desenvolvimento dos vernáculos, veículos de afirmação da legitimidade nacional de cada Estado nascente (Anderson; 1991: 16-18)⁴.

³ *Apud* Escolar, Palacios e Reboratti, 1994: 347.

⁴ Alexandre Herculano, no primeiro capítulo do romance *O bobo*, chama a atenção para o facto de não haver ainda, à época da formação de Portugal, no século XII, um consciente sentimento de pertença a

Ao aspecto benéfico de preservação de memórias colectivas e passados em comum corresponde, porém, um lado mais negativo: o da exaltação nacional cega a fragilidades, fúria nacionalista que chega a roçar o fanatismo e a xenofobia. Na História portuguesa do século XX os anos de Salazarismo são prolíferos em exemplos de um patriotismo pernicioso, fechado ao mundo e anquilosado na preservação das suas tradições retrógradas e paradas no tempo. Basta folharmos os célebres livros da primeira à quarta classes para encontrarmos um universo de cultura popular que se queria ‘insulada’, fechada sobre si mesma e alheada de qualquer influência que transpirasse do exterior diabolizado. Referência nesta área é o estudo destes manuais efectuado por Sérgio Campos Matos na obra *História, Mitologia, Imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*⁵.

II. LITERATURA E IDENTIDADE

A literatura é um dos campos mais férteis de problematização do fenómeno nacional. Basta considerarmos a época do Romantismo para encontrarmos na literatura europeia múltiplas obras que se preocupam em reflectir sobre a identidade nacional.

No caso português, é recorrente esta temática na obra de poetas, romancistas, dramaturgos. Desde tempos recuados, autores houve que exaltaram a nação – como Camões, que se tornou um símbolo nacional, o Padre António Vieira, Teixeira de Pascoaes, Pessoa⁶ –, bem como outros que se preocuparam com a decadência do país e lhe apontaram os males de que padecia – desde Gil Vicente, a Sá de Miranda, Garrett, Herculano, a Geração de 70 e muitos outros ao longo do século XX. Esta insistência nas fragilidades nacionais foi tematizada pela Geração de 70, como bem demonstrou António Machado Pires no seu ensaio *A ideia de decadência na Geração de 70*⁷. Com Antero à cabeça, este grupo, que mais tarde ironicamente se denominaria “Vencidos da Vida”, diagnosticou os ‘podres’ da nação indo às raízes da degeneração. A conferência

uma nação; havia, em vez disso, a “comunidade imaginada” dos cristãos: “A ideia de nação e de pátria não existia para os homens de então do mesmo modo que existe para nós. O amor cioso da própria autonomia que deriva de uma concepção forte, clara, consciente, do ente colectivo, era apenas, se era, um sentimento frouxo e confuso para os homens dos séculos XI e XII. [...] A sociedade cristã era una, e preenchia até certo ponto o incompleto da sociedade temporal. Quando cumpria aplicar uma designação que representasse o habitante da parte da Península livre do jugo do islame, só havia uma: *christianus*” in Alexandre Herculano, *O bobo*, introd. de Ernesto Rodrigues, Lisboa, Ulisseia, s/d; pp. 42-43.

⁵ Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

⁶ Note-se que o carácter encomiástico da obra destes autores não invalida que todos tenham consciência das fragilidades do país e as apontem.

⁷ António Manuel Bettencourt Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 1992 (1ª ed. 1980).

inaugural de Antero marcou definitivamente um veio de pensamento sobre a decadência nacional que ainda hoje consegue manter uma certa actualidade. Das três “causas da decadência dos povos peninsulares” – o Absolutismo, a Inquisição e as Descobertas – ainda hoje, se bem que talvez remotamente, vislumbramos os efeitos, num país que sentimos ainda demasiado conservador, dominado por um servilismo à autoridade, uma submissão à religião e uma tendência para gastar o que tem e o que não tem, sem qualquer noção de empreendimento, de semear para colher. Aqui, consome-se o que os outros plantam e pede-se emprestado para pagar o que se consumiu, como bem se vê na grande popularidade do crédito fácil e no aumento do endividamento.

Mas voltemos à Geração de 70. Figura proeminente foi também Oliveira Martins, historiador *sui generis*, um romancador dos factos, que leu de forma muito particular a História nacional. A sua *História de Portugal* apresenta um país que vai do berço à cova, como claramente se infere pelos títulos da última parte da obra: o livro quinto intitula-se “A catástrofe”, o sexto “A decomposição” e o último “A anarquia espontânea”⁸. Seguindo uma teoria organicista, O. Martins acaba a narração vaticinando a morte de Portugal, a sua extinção natural, como se de um ser vivo se tratasse⁹.

Igualmente demolidora foi a obra romanesca (e não só) de Eça de Queirós. Como já noutra sítio demonstrámos¹⁰, a pena irónica do autor de *A cidade e as serras* não poupou figuras, tipos, costumes, instituições. É no final de *A ilustre casa de Ramires*, romance em que o autor se aproxima do género do romance histórico, que ouvimos da boca de uma das personagens uma descrição certa e implacável de Portugal, comparando-o ao protagonista, Gonçalo Mendes Ramires:

“Aquele todo de Gonçalo, a franqueza, a doçura, a bondade, a imensa bondade, que notou o senhor padre Soeiro... Os fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo, e juntamente muita persistência, muito aferro quando se fila à sua ideia... A generosidade, o desleixo, a constante trapalhada nos negócios, e sentimentos de muita honra, uns escrúpulos, quase pueris, não é verdade?... A imaginação que o leva sempre a exagerar até à mentira, e ao mesmo tempo um espírito prático, sempre atento à realidade útil. A viveza, a facilidade em compreender, em apanhar... A esperança constante nalgum milagre, no velho milagre de Ourique, que sanará todas as dificuldades... A vaidade, o gosto de se arrebicar, de luzir, e uma simplicidade tão grande, que

⁸ Oliveira Martins, *História de Portugal*, 21ª ed., revisão e notas de J. Franco Machado, nota inicial de Guilherme d’Oliveira Martins, Lisboa, Guimarães, 2004 (1ª ed. 1879).

⁹ O tom catastrofista deste historiador levou Carmo Salazar Ponte a analisar a *História de Portugal* deste autor como se de uma tragédia se tratasse, nela delimitando as partes deste género clássico. Ver Carmo Salazar Ponte, *Oliveira Martins: a história como tragédia*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

¹⁰ Ana Cristina Correia Gil, *A identidade nacional na Literatura Portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, 2006.

dá na rua o braço a um mendigo... Um fundo de melancolia, apesar de tão palrador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo, que o acobarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói, que tudo arrasa... Até aquela antiguidade de raça, aqui pegada à sua velha Torre, há mil anos... Até agora aquele arranque para a África... Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?

– Quem?...
– Portugal.”¹¹

Arriscaria dizer que os traços aqui apontados sobre o carácter nacional português são ainda de uma actualidade gritante: a emotividade excessiva, a preocupação com as aparências, o pouco pendor reflexivo, a falta de espírito organizativo e de planificação, a veia melancólica, enfim, mais que tudo, a esperança em soluções milagrosas que desculpabilizam a inércia do indivíduo. Muitas destas características vê-las-emos sistematizadas décadas mais tarde no ensaio pioneiro do antropólogo Jorge Dias intitulado «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa», de 1950¹².

O fim do século XIX e o início do século XX são marcados por tentativas de revivificar o espírito português, seja através do Saudosismo de Teixeira de Pascoaes – e a sua *Arte de ser português* –, seja através do sonho pessoano de reinventar um Super-Camões, ele próprio afinal, com uma *Mensagem* – épico-lírica – que termina num diagnóstico pessimista do estado da nação (“Nem rei nem lei, nem paz nem guerra / [...] Ninguém sabe que coisa quer. / Ninguém conhece que alma tem, / Nem o que é mal nem o que é bem”¹³), não sem um apelo desesperado às consciências: “Ó Portugal, hoje és nevoeiro... /É a hora!”¹⁴.

Porém, o contexto sócio-político e cultural que domina o século XX – de miséria, repressão e perseguições – dá origem à fórmula neo-realista, povoada de retratos do povo trabalhador, explorado e pobre, numa atitude de denúncia a que muitos artistas se viram obrigados pela sua consciência política. Com estes conviveram os autores do Segundo Modernismo português, injustamente acusados de ‘umbiguismo’ por tratarem temas mais introspectivos, mais centrados na subjectividade do sujeito, mas nem por isso deixando de ser reveladores de uma preocupação com a condição humana, sua essência e seu destino.

¹¹ Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*, Lisboa, Livros do Brasil, 1998; pp. 361-2.

¹² In Jorge Dias, *Estudos de antropologia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

¹³ Fernando Pessoa [1986], *Mensagem*, 13ª ed., Lisboa, Ática (1ª ed. 1934); p. 104. A barra indica mudança de verso.

¹⁴ *Ibidem*.

Também o Surrealismo nacional, por vezes sob a capa do absurdo e do *non-sense*, oculta uma profunda reflexão sobre o Homem e concretamente sobre o ser português. O discurso provocador, alógico e frequentemente burlesco dos surrealistas encena um Portugal anquilosado, anódino, fechado ao mundo – um Portugal ultrapassado pela História, como afirma Eduardo Lourenço: “a sensibilidade que nas atitudes e gestos surrealistas se encarnou trouxe à superfície um *Portugal-outro*, anómalo, eficaz justamente até por não propor desta vez uma «reforma ideológica, cultural ou ética» de nacional recorte ou aplicação, mas apenas por tornar *inactual*, arcaico, fósil, um mundo de formas que era *a forma mesma do inteiro viver nacional*” (Lourenço, [1988]: 32).

Basta um olhar sobre o belo poema «Um adeus português», de Alexandre O’Neill, para constatar como nos interstícios do texto um simples adjectivo – “pata ensanguentada“, “dia sórdido” e “canino” ou “trânsito mortal“ – remete para o estado policial e asfixiante da época salazarista:

“Nos teus olhos altamente perigosos
Vigora ainda o mais rigoroso amor
A luz de ombros puros e a sombra
De uma angústia já purificada

Não tu não podias ficar presa comigo
à roda em que apodreço
apodrecemos
a esta pata ensanguentada que vacila
quase medita
e avança mugindo pelo túnel
de uma velha dor

Não podias ficar nesta cadeira
onde passo o dia burocrático
o dia-a-dia da miséria
que sobe aos olhos vem às mãos
aos sorrisos
ao amor mal soletrado
à estupidez ao desespero sem boca
ao medo perfilado
à alegria sonâmbula à vírgula maníaca
do modo funcionário de viver

Não podias ficar nesta cama comigo
em trânsito mortal até ao dia sórdido
canino
policial
até ao dia que não vem da promessa
puríssima da madrugada
mas da miséria de uma noite gerada

por um dia igual

Não podias ficar presa comigo
à pequena dor que cada um de nós
traz docemente pela mão
a esta pequena dor à portuguesa
tão mansa quase vegetal

Não tu não mereces esta cidade não mereces
esta roda de náusea em que giramos
até à idiotia
esta pequena morte
e o seu minucioso e porco ritual
esta nossa razão absurda de ser

Não tu és da cidade aventureira
da cidade onde o amor encontra as suas ruas
e o cemitério ardente
da sua morte
tu és da cidade onde vives por um fio
de puro acaso
onde morres ou vives não de asfixia
mas às mãos de uma aventura de um comércio puro
sem a moeda falsa do bem e do mal

Nesta curva tão terna e lancinante
que vai ser que já é o teu desaparecimento
digo-te adeus
e como um adolescente
tropeço de ternura
por ti”¹⁵.

Interseccionam-se, assim, o poema de amor e a crítica a um Portugal estagnado, burocrático, fechado sobre si mesmo, onde até a alegria é “sonâmbula” e a dor “tão mansa quase vegetal”.

Assim desembocamos na Revolução de Abril e nos novos caminhos que se abriram à literatura portuguesa desde então. Após um período de celebração e de adaptação à recém-conquistada liberdade, a ficção nacional procurou outros rumos: o da narração de histórias e o da narrativa como “aventura da linguagem”¹⁶. Este novo Portugal – livre, democrático, aberto ao mundo – cedo revelou fracos alicerces, na medida em que tudo tinha de construir-se de novo, de remodelar-se profundamente, o

¹⁵ Este poema integra a obra *No reino da Dinamarca*, publicada em 1958. In Alexandre O’Neill, *Poesias Completas*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2002.

¹⁶ Carlos Reis, “Romance e história depois da revolução. José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea”, in AA. VV., *José Saramago. Il bagaglio dello scrittore*, a cura di Giulia Lanciani, Roma, Bulzoni Editore, 1996; p. 25.

que não aconteceu. Daí que José Gil chame a Portugal “o país da não inscrição”¹⁷, onde nada acontece, nada se inscreve no real:

“depois do surto que se seguiu ao 25 de Abril, os ânimos voltaram a uma espécie de apatia, tanto no campo político como, digamos, no da cidadania. [...] a falta de imaginação e a falta de coragem políticas contribuíram largamente para que os reflexos herdados da ditadura demorassem (e demorem) a dissolver-se. Refiro-me ao medo, à passividade, à aceitação sem revolta do que o poder propõe ao povo” (Gil, 2005: 39).

A literatura portuguesa contemporânea tem espelhado este processo, sobretudo o desencanto com uma sociedade cada vez mais consumista, alienada pelos *mass media*, mergulhada numa profunda apatia e desinteresse pela vida pública. É o que encontramos nas obras de António Lobo Antunes, Mário de Carvalho, Lídia Jorge, Helder Macedo, Jacinto Lucas Pires, entre muitos outros.

Contando histórias, os autores vão reflectindo sobre o nosso presente enquanto país, mas também sobre a nossa relação com o passado. Põem-nos perante os olhos fragilidades nacionais encarnadas nas mais diversas personagens e situações. É o caso dos romances de António Lobo Antunes. *Explicação dos pássaros* (1981) e *O arquipélago da insónia* (2008) são duas obras em que este autor reflecte sobre o antes e o depois da Revolução de Abril, reforçando uma linha de continuidade entre estes dois tempos, ambos caracterizados por fortes relações de poder entre dominadores e dominados. Em *Explicação dos pássaros*, o quarto romance do autor, assistimos ao percurso angustiado de Rui S., professor universitário a quem a vida e a harmonia lhe fogem: tem a mãe a morrer, a separação da segunda mulher, Marília, está iminente, sente os filhos do primeiro casamento cada vez mais distantes. Vendo desagregar-se o mundo à sua volta, é um sujeito cuja identidade está fracturada, em queda livre, como, aliás, a do próprio país. Quebram-se as suas raízes, não se identifica com os seus colegas literatos, não ama a mulher que tem.

A esta queda individual corresponde no romance um desnorte mais generalizado, de um país que anda à deriva, onde nada mudou com a revolução democrática. Nele persiste o choque de classes, que anteriormente opunha comunistas e capitalistas, dois grupos que são retratados no romance de modo caricatural: a família de Rui S., rica, capitalista, e a célula comunista a que a segunda mulher do protagonista pertence e onde ele próprio deseja ardentemente ser aceite. A adesão de Rui S. ao comunismo é ela

¹⁷ Gil, 2005: 14. Este é o título do segundo ensaio da obra, mas a expressão é repetida muitas vezes ao longo do livro.

própria alvo de um retrato caricatural, pois o protagonista nunca consegue distanciar-se completamente dos hábitos burgueses:

“De facto sou burguês (Não sei bem o que é ser burguês), fui casado com uma burguesa, existem coisas, percebes, de que não consigo demitir-me: uma certa maneira de olhar as coisas, um certo pudor dos sentimentos, maneiras com os talheres, hábitos de vestir, o vocabulário inconscientemente policiado” (Antunes, 1997: 54).

Como bem nota Eunice Cabral, no seu artigo dedicado a *Explicação dos pássaros no Dicionário da obra de António Lobo Antunes*, a crise identitária de Rui S. resulta da incapacidade da personagem de encontrar o seu lugar no mundo: “O drama do protagonista provém do facto de se encontrar desajeitada e perturbadamente entre dois mundos, cuja oposição se concretiza pela dissensão insistente entre esquerda e direita políticas, pelas referências revolucionárias contrastantes com o mundo burguês, bem estabelecido e satisfeito consigo mesmo” (Seixo, I, 2008: 111).

Por outro lado, este desejo falhado de mudança de campo ideológico contribui para sublinhar a rigidez e o fechamento em que estão mergulhados os dois grupos antagónicos – capitalistas e comunistas – no romance, bem como para mostrar como esta dicotomia sobreviveu à Revolução de Abril. Assim, a família capitalista defende ideais retrógrados, revelando uma mentalidade imperialista tardia e ultrapassada, destilada em discursos racistas pelo pai de Rui S.: “a nossa obra civilizadora em África, de séculos de trabalho, de engenho e de sangue entregues de mão beijada a um cáfila de pretos imundos, do deslizar inevitável de uma terra próspera no plano inclinado da ruína” (Antunes, 1997: 139).

No extremo oposto situam-se os membros da célula comunista, cuja rigidez ideológica se traduz na reiteração de um jargão próprio, em que os mais ricos são catalogados invariavelmente como “fachos” e “burgueses”¹⁸, termos reveladores de uma visão marxista da sociedade, marcada pela luta de classes. Neste grupo o bem colectivo sobrepõe-se aos interesses individuais, razão pela qual Marília, a mulher de Rui S., é expulsa: afrontara-os “por motivos meramente sentimentais e por conseguinte burgueses” (*idem*: 205). Note-se como o advérbio relega para um plano secundário algo tão importante como a vida sentimental do indivíduo, com a agravante de conotar emoção e sentimento com um estilo de vida burguês. Em oposição flagrante à primeira mulher de Rui, Tucha, uma burguesa bonita e fútil, Marília é retratada caricaturalmente

¹⁸ Por exemplo, nas páginas 29 e 205 deste romance.

como a mulher saída da Revolução de Abril: independente, culta, de personalidade bem vincada, vestindo-se ostensivamente mal, invariavelmente com um poncho de lã e socas ou sapatos masculinos.

À luz deste romance, a Revolução de Abril surge como uma utopia que não se chegou a realizar, já que permaneceram muitas estruturas e hierarquias que vinham de trás. Este foi um tempo de esperanças e ilusões, de confiança ingénuas em mudanças radicais: “Éramos puros então” (*idem*: 141), diz Rui S., relembrando como dois anos depois tudo voltara ao mesmo:

“Os pais embarcaram para o Brasil na semana seguinte, regressaram com um risinho vingativo dois anos depois, o Carlos mandou fechar uma das fábricas, as revoltas acabaram, o pai mandou um bando de gorilas para boicotarem à cacetada as reuniões de trabalhadores, o cunhado obstetra concorreu a deputado por um partido muitíssimo cristão, a Tucha ia às manifestações de bandeira em riste vociferar contra o socialismo no meio das amigas” (*ibidem*).

Explicação dos pássaros é um retrato amargurado do Portugal pré e pós-25 de Abril, com choques de classes, divórcios, famílias desfeitas, sujeitos sem rumo. Revela o desnorte de uma geração, simbolicamente encarnado por Rui S. e pelo seu trágico final: o suicídio. O título convoca um tempo de harmonia perdido, o tempo da infância em que o protagonista, ainda no conforto do seio familiar, pedia ao pai que lhe explicasse os pássaros. Infância e revolução vão aqui de mãos dadas, significando ambas momentos fugazes e irremediavelmente perdidos, tempos de pureza, de esperança e de ideais ainda a cumprir.

É também sob o signo da infância que se desenrola a narrativa de *O arquipélago da insónia* (2008), desta feita para convocar o tempo pré-revolução. De novo se posicionam em campos opostos ricos e pobres, desta feita patrões e criados, sendo que ambos os grupos são marcados por ‘pecados’ sociais, o que impede à partida qualquer leitura maniqueísta do romance. A história gira à volta de uma família de latifundiários, patriarcal, marcada por sucessivas traições (do marido à mulher, da mulher ao marido, do pai ao filho), vinganças e por uma forte hierarquia social, na qual os empregados não são mais do que meros servidores, quase animais, “não pessoas”, como ouvimos da boca de um deles (Antunes, 2008: 206), a quem nem é dado o direito a morrer com dignidade: “não falecíamos como gente, rebentávamos como cães um dia” (*ibidem*)¹⁹.

¹⁹ Noutro passo são acentuadas estas ideias: “silencioso como todos estes camponeses silenciosos, sem pensarem ou escondendo de si mesmos o que pensam seguros que não lhes serve de nada pensar, teimosos, alheados, lentos, obedecendo ao meu pai não da forma que as pessoas obedecem, da forma que

Esta relação de submissão é tida pelos proprietários ricos como fruto da lei natural da vida, numa perspectiva quase darwiniana da vida em sociedade: “nasceram para obedecer, são menos que nós e sabem-no” (*idem*: 248).

A libertação dos explorados dá-se com o 25 de Abril, momento em que se assiste aos excessos da Revolução: a vingança leva-os a tentar tirar a casa aos seus proprietários, a quem queimam o celeiro, degolam a criação, quebram as patas aos animais, numa sucessão de actos cruéis que denunciam uma falta de racionalidade dos recém-libertados (*idem*: 15).

Também neste romance a busca de identidade de uma personagem – “de quem nasci eu?” (*idem*: 250) – aponta simbolicamente para a própria questão identitária do país²⁰. Num tom lírico, o narrador regressa à sua casa de infância, que é a mesma mas que ele vê já mudada. Ao recordar os seus tempos de menino, vai compondo um Portugal salazarista, marcado por relações sociais ainda quase feudais, em que patrões dispõem a seu bel-prazer da vida e do destino dos seus empregados. O choque revolucionário, porém, não é a solução, pois a vingança dos explorados põe o país à mercê do caos.

Este é, pois, o retrato de um país perdido, sem rumo, à procura de si mesmo, já que ao estilhaçamento da sua identidade pré-revolucionária deveriam ter correspondido a construção de novos referentes (identitários) com base em novos valores, como sejam a democracia, a justiça e a igualdade. Ideais utópicos, pois o que fica da leitura destes romances é o desencanto com a revolução, acentuado por uma visão céptica da sociedade portuguesa contemporânea. A infância – irremediavelmente perdida – e o amor – sempre marcado por desencontros, vinganças, fracassos – representam fugas utópicas e impossíveis a este universo marcado pela decepção. Assim se compreende que Graça Abreu considere o conjunto da obra de Lobo Antunes uma epopeia que, no entanto, dá voz não às grandes figuras da História, mas à “massa indiferenciada da população”, protagonista de uma “existência comezinha e apagada” (Seixo, II, 2008:

os bichos se submetem por hábito ou medo, mandamo-los aproximarem-se e aproximam-se a arrastarem o corpo conforme arrastam os pés / – Patrão / espessos, opacos, sem vontade mas de navalha no bolso pronta a desaparecer-nos nas costelas” (Antunes, 2008: 229). A barra vertical indica mudança de parágrafo. Mais adiante, na página 238, este passo é repetido *ipsis verbis*, o que demonstra a sua importância para a mundivisão transmitida pela narrativa.

²⁰ O próprio António Lobo Antunes considera inevitável a questão da procura da identidade, seja de um sujeito, seja de um país, como afirmou numa entrevista a um jornal: “a procura da identidade é algo que nos acompanha toda a vida. Quem sou eu? Quem são os outros? Quem sou eu face aos outros? É um jogo de espelhos, mas o problema é que todos os espelhos são ligeiramente deformados, quanta [sic] mais não seja somos canhotos nos espelhos, não somos completamente nós” (*apud* Seixo, II, 2008: 293).

284). É, assim, uma épica que faz a “psicanálise visceral, profunda, daquilo que nós somos ou daquilo que nós imaginamos realmente ser”(Cabral, Jorge e Zurbach, 2004: 352), devolvendo-nos “uma imagem da realidade portuguesa com tudo o que nós não víamos se essa obra não existisse, com o que estava submerso a todos os níveis, aos níveis do relacionamento social, do erotismo, e sobretudo o que estava imerso entre razão e loucura” (*idem*: 354), como sublinha Eduardo Lourenço. Este mesmo ensaísta insiste na importância da obra de Lobo Antunes como uma radiografia do país em que vivemos: “Se as gerações futuras quiserem saber que país era este, que país é este, é nos livros de António Lobo Antunes que elas vão lê-los” (*ibidem*). Com a análise de duas obras do já vasto conjunto de produção de António Lobo Antunes – o quarto e o penúltimo romances – procurámos mostrar como se mantém neste autor, em obras tão separadas pelo tempo, a preocupação com os rumos do país em fases diferentes da sua história.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 8ª ed., London/New York, Verso Editions e New Left Books (1ª ed. 1983).

ANTUNES, António Lobo (1997), *Explicação dos pássaros*, Lisboa, TV Guia Editora.

_____ (2008), *O arquipélago da insónia*, 1ª ed., Lisboa, D. Quixote.

BLANCO, María Luisa (2002), *Conversas com António Lobo Antunes*, trad. de Carlos Aboim de Brito, Lisboa, D. Quixote.

CABRAL, Eunice, JORGE, Carlos J. F. e ZURBACH, Christine (2004), *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes*, Actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes da Universidade de Évora, 1ª ed., Lisboa, D. Quixote.

DISCURSOS (1996), 13 – «Literatura, Nacionalismos, Identidade» (Outubro), Lisboa, Universidade Aberta.

ESCOLAR, Marcelo, PALACIOS, Silvina Quintero e REBORATTI, Carlos (1994), «Geographical Identity and Patriotic Representation in Argentina» in David Hooson (ed.), *Geography and National Identity*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell; pp. 346-366.

GIL, José (2005), *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, 4ª ed., Lisboa, Relógio d'Água (1ª ed. 2004).

LOURENÇO, Eduardo [1988], *O labirinto da saudade - Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Círculo de Leitores (1ª ed. 1978).

MATTOSO, José (1986), *O essencial sobre a formação da nacionalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MEDINA, João (2006), *Portuguesismo(s). (Acerca da identidade nacional)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

QUADROS, António (1989), *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.

RAJCHMAN, John (ed.) (1995), *The Identity in Question*, New York/London, Routledge.

SEIXO, Maria Alzira (2002), *Os romances de António Lobo Antunes*, Lisboa, D. Quixote.

SEIXO, Maria Alzira (dir.) (2008), *Dicionário da obra de António Lobo Antunes*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Ana Cristina Gil

Universidade dos Açores

Outubro de 2009